

# ACM se prepara para guerra

Geraldo Magela

**Senador** discursará na quarta-feira e fará denúncia contra os magistrados. Depois, pretende requerer a instalação da CPI

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, estabeleceu o ritual: vai à Tribuna na quarta-feira para fazer um discurso com denúncias sobre o Poder Judiciário e, em seguida, apresentará requerimento propondo a criação da CPI do Judiciário e o fim do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho. As causas trabalhistas seriam decididas em comissões regionais, a exemplo dos Juizados de Pequenas Causas, e, em última instância, num departamento do Supremo Tribunal Federal.

Para preparar o discurso - o segundo que faz nessa legislatura com críticas à Justiça (o primeiro foi em 1997) -, Antonio Carlos Magalhães recolheu-se ontem em seu gabinete. Deu ordens às secretárias para que evitassem interrompê-lo - só receberia senadores. "O requerimento de convocação da CPI está aqui", disse o presidente do Congresso Nacional ao *Jornal de Brasília*, apontando para o canto direito da mesa de trabalho.

Os opositores da instalação da CPI do Judiciário alegam que não se pode propor uma CPI sem apresentar um "fato determinado". Antonio Carlos diz que vai apresentar "uma relação de fatos determinados", mas, por motivos estratégicos, não os revela. Só deixa escapar que obras executadas no âmbito da Justiça com preços exorbitantes poderão ser incluídas na relação de



**Antonio Carlos:** "Montanhas de documentos" para sustentar a CPI contra o Judiciário

fatos a serem apurados pela CPI. "Você quer fato mais determinado do que obras superfaturadas como a do Tribunal do Trabalho de São Paulo e a de Rondônia?", questionou. Ele contou que tem denúncias comprovadas contra juízes com conversas gravadas em fitas e "montanhas de documentos". A CPI pode começar com a investigação desses fatos apresentados no requerimento de instalação e ganhar corpo para outras investigações.

Sobre a alegação de que os trabalhadores não podem ficar sem a Justiça do Trabalho, já que nem todos os empresários cumprem a lei, o senador diz que esse trabalho

seria feito por comissões regionais. E lembrou o modelo da Espanha, em que as "Casas sociais" decidem as causas trabalhistas.

O senador já está conversando com os líderes partidários em busca de apoio para a instalação da CPI. Ele acha que vai obter no Senado as assinaturas necessárias, mas se não conseguir não se inibirá. "Vou continuar denunciando irregularidades e abusos e vou dizer à opinião pública que, infelizmente, o Congresso não quis apurar as denúncias". Mas estou com o povo e nem faço questão..." Na Câmara, o trabalho de recolher as assinaturas para a mesma CPI ficará a cargo do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ).

Já que o Congresso está por decidir sobre o destino da Justiça do Trabalho, Antonio Carlos Magalhães sugeriu à Comissão de Justiça do Senado que não analise as três últimas indicações de juízes classistas. O presidente da comissão, senador José Agripino, acolheu a sugestão. "Por ora, as análises das indicações estão suspensas", diz Antonio Carlos Magalhães.

Com ânimo renovado por causa dos apoios que tem recebido diariamente à sua cruzada de denúncias contra o Judiciário, Antonio Carlos não controla o tempo para se dedicar a esse trabalho. Ele tem ficado no Congresso até 12 horas por dia, faz questão de ler cada uma das

mensagens que recebe por e-mail (mais de cem por dia) e responde a muitas. Não nega que recebe também mensagens contrárias e até críticas. Mas quase nunca as responde. A um desses conselheiros, que não quis citar o nome, respondeu objetivamente: "De há muito tomei a decisão de não responder a canalhas".

Antonio Carlos responde no mesmo tom quando lhe lembram que a empreiteira OAS, de propriedade de seu genro, Cesar Mata Pires, construiu vários prédios de tribunais de Trabalho. "E o que eu tenho com isso? Continuo achando uma obra inútil essa do Tribunal de Brasília", disse. "A OAS também construiu o prédio do STJ em Brasília, uma obra que é um absurdo, mas ela entrou na concorrência e ganhou. E eu continuo achando um absurdo". O senador baiano encerrou esse capítulo dizendo: "Com tudo o que falo por aí, você acha que se eu devesse alguma coisa já não haviam levantado?"

O presidente do Congresso Nacional sabe que está comprando briga com advogados, juristas e até com antigos amigos por causa dessa sua disposição de ir até o fim nas denúncias sobre o Judiciário. "Achei graça na declaração de alguns advogados que, na tentativa de agradar juízes, distorceram minhas declarações. São escritórios fortes de São Paulo que os juízes dignos correm quando encontram os advogados". Antonio Carlos diz que seu conhecimento sobre Direito incomoda muitos advogados. "O problema é que eu conheço o Direito quase como eles", disse Antonio Carlos, que é médico formado. E completou em seguida: "Eu não conheço é a medicina".